

Um novo pacto social,^{60m. Grand} solução para a crise

JORNAL DO BRASIL

20 ABR 1983

Matheus Schnaider

NOS anos trágicos da ocupação nazista, a França foi poderosamente convocada por uma voz que vinha das profundezas de sua consciência e de seu orgulho nacional, embora falasse do exílio: de Londres, Charles De Gaulle mobilizou os seus "franceses, francesas" e centralizou todas as suas forças e capacidade de sacrifício na tarefa de salvar e reconstruir a nação francesa. Conseguiu-o pelas circunstâncias e por sua capacidade de liderança — o que só foi possível por sua credibilidade.

A situação brasileira atual, em termos, é quase a mesma. A inflação e o desemprego solapam a estrutura social, configurando também uma crise de confiança. O caos sócio-econômico brasileiro tem características próprias e só pode ser enfrentado por modelos econômicos, políticos e organizacionais que levem em conta tais características e constituam formas brasileiras de solucionar problemas brasileiros.

Tal postura pressupõe, porém, uma tomada de consciência da nação sobre si mesma. Há que definir-se nossa fisionomia enquanto nação, definindo de modo explícito e claro nossos valores fundamentais. Urge estabelecer o que é fundamental, prioritário, sagrado — e agir de acordo com esses valores. Esta definição é que eleva qualquer grupo humano à condição de povo.

Esse é exatamente o ponto de estrangulamento das incipientes — e insipientes — tentativas de solução da atual crise brasileira. Uma crise que, embora refletindo as dificuldades mundiais, é basicamente interna e tem profundas raízes históricas. Uma crise que está longe de ser um simples câncer num membro amputável por cirurgias ministeriais e substituível por pernas ou órgãos artificiais. De fato, a crise brasileira é um polvo longo mas ainda adolescente, com muitos pontos fracos onde firmar seus tentáculos na sociedade brasileira e asfixiá-la, num estertor que pode durar décadas.

Cabe-nos cercar a expansão da crise. E só um novo pacto social pode fazê-lo, em torno de uma liderança que tenha a credibilidade indispensável e saiba, como no caso francês, afirmar-se como liderança efetiva, aproveitando a oportunidade que as circunstâncias e a História lhe oferecem.

O país está em comoção social pelas graves dificuldades econômicas, a insegurança e o descrédito.

Após um período de ilusório delírio expansionista, muitas vezes construído em bases discutíveis, o brasileiro, com seu maravilhoso otimismo, teve que investir fundo em sua profissão: a esperança. A propaganda maciça, as glórias das competições esportivas, o róseo mundo das novelas e o consumismo do crédito fácil anestesiaram temporariamente os efeitos mais perceptíveis da estrutural e histórica distribuição desigual da renda nacional e dos frutos do crescimento. Em apenas 10 anos, porém, a deterioração da situação interna, agravada pelos reflexos da crise externa, levaram-nos à consciência aguda e trágica da crise que estamos vivendo agora.

Ela aí está, desanestesiando todos os segmentos da sociedade em relação à má distribuição da renda, à inflação, ao desemprego, ao anacronismo da estrutura tributária, à fragilidade institucional e a outros aspectos, igualmente graves.

Após o boom da Bolsa em 71 e a eufórica sensação de "crescimento do bolo", vemos hoje a cessação da renda, com a ilusoriamente alta rentabilidade da poupança popular consistindo de fato na mera reposição, verdadeiramente insuficiente, de apenas parte das perdas com a inflação.

Impõe-se pois, de fato, um novo pacto nacional, em que civis e militares, povo e governo, empresários e políticos, realmente se entendam em torno dos pontos críticos e das prioridades do momento histórico. E, claro, a idéia de "pacto" pressupõe acordo, concessões recíprocas — e não providências decididas em gabinetes e apenas comunicadas como *fait accompli* ao corpo social.

Impõe-se deixar de lado interesses menores e medidas estreitas. Só unida a nação pode salvar-se do naufrágio no proceloso mar de crise. E só se unirá em torno das questões essenciais, de um programa mínimo capaz de conduzir a um porto seguro o barco em que estamos todos. Há alguns pontos concretos que podem encaminhar e substanciar tal união.

O primeiro deles é a instituição de mecanismos urgentes para a redistribuição da renda, através de tributação e outros instrumentos estabelecidos por medidas governamentais. Em outras palavras, a reforma tributária, a colocar em evidência a questão da Constituinte.

Outro ponto nevrálgico é o estabelecimento do que é realmente prioritário para a nação. Isto implica enfatizar os investimentos públicos: não cortá-los, mas sim jogar ao mar os desperdícios que têm sido a tônica da vida nacional, dificultando a navegabilidade econômica. Um exemplo

claro desse mau uso de nossas riquezas é o desvio de recursos do parque industrial instalado — que assim entra em desgaste e deterioração — para especulação no mercado financeiro. Não há, hoje, um quadro de trabalho e produção, mas sim um contexto de manipulação do dinheiro. Essa dilapidação do parque produtivo vem no bojo de um frenesi do capitalismo financeiro que se mostra cego até para ver o que a existência de um mercado consumidor forte e estável representa para a sobrevivência do próprio sistema capitalista.

O terceiro ponto é a necessidade de uma moratória do reivindicacionismo operário e da lucratividade empresarial: a curto prazo, essa renúncia momentânea é que pode garantir a manutenção do emprego para uns e da atividade produtiva para outros. O que pode preparar uma correção fundamental de rumo a médio prazo, vencida a crise: a expansão da produção e do lucro, do emprego e do salário. Uma sociedade que não remunera o risco da atividade econômica e do trabalho produtivo para privilegiar as atividades parasitárias está abortando seu próprio destino. E também para isto é fundamental a retomada dos investimentos no parque produtivo e a revisão dos critérios de emprego, fixação de preços e de jornadas de trabalho. Na verdade, um novo pacto social no Brasil teria muito a ver com uma espécie de *New Deal* à brasileira, em que se invertesse a atual tendência de certos segmentos sociais que não se empenham a fundo na solução da crise, porque a própria crise lhes permite auferir maiores lucros na especulação financeira, à custa do sacrifício do povo e da nação.

O empresariado nacional tem que se conscientizar de que, até para sua própria sobrevivência, nos próximos anos a prioridade nacional não pode estar nos lucros, mas sim na manutenção do nível de emprego e das equipes de trabalho e no pleno uso e desempenho do parque produtivo, inclusive para a obtenção de divisas.

Evidencia-se então o quarto ponto que pode configurar o pacto nacional. Deve haver um aumento da produção e da produtividade do trabalho, substituindo o ímpeto especulativo. A economia nacional não está em condições de suportar nem a continuidade galopante da inflação nem um tratamento de choque para contê-la em bloco. Trata-se, pois, de fazer prevalecer a ética do sistema produtivo sobre a do sistema financeiro.

O quinto ponto, finalmente, seria a reformulação do modelo econômico-financeiro, para liberar o contingenciamento de crédito para permitir uma baixa real e significativa do custo do dinheiro, sem o que o trabalho e a produção não podem ir longe. E em torno desses e de outros pontos que terão de se unir o país e suas lideranças, o que exige uma reorientação de rotas, abandonando-se a retórica e passando à ação.

A crise econômica brasileira demanda basicamente soluções políticas de consenso e alto nível de flexibilidade. Não podemos continuar partindo de modelos estruturais preestabelecidos e rígidos: temos que partir da própria realidade para encontrar as soluções. Sem abandonar a busca da convergência da técnica e da política no desenvolvimento de dirigentes tecnológicos e polícratas, trata-se agora, neste momento crucial, de desenvolver uma aguda visão política dos fatos econômicos e sociais, necessidade inadiável para superar o desgaste dos modelos em uso e propiciar um reajuste da gestão econômica do país.

Dentro dessa visão política, avulta a figura do Presidente da República. Contra os desejos de uns poucos e o ceticismo de muitos, vem cumprindo ele rigorosamente seu projeto político. A anistia e a abertura são pontos reais e relevantes. As eleições prometidas foram realizadas, tão democráticas quanto possível era. A posição adotada no histórico discurso ante as Nações Unidas veio reafirmar sua postura de estadista. E todas essas conquistas e realizações concretas conferiram-lhe uma visibilidade e uma credibilidade únicas no atual momento nacional.

O Presidente Figueiredo tem hoje nas mãos uma rara oportunidade histórica. Homem oriundo de um movimento revolucionário, lidera hoje um país em que coexistem e trabalham, nos Legislativos, nos Executivos e nos postos técnicos, homens de todas as tendências. Homens que vinte anos atrás se defrontaram, mas convivem hoje, malgrado alguns percalços. E aí estão, como todos nós, empenhados na salvação nacional.

Nem o Presidente nem a Nação podem se dar o luxo de perder esta rara ocasião que a História lhes oferece. Temos um barco à deriva, remadores prontos e um timoneiro que inspira confiança à tripulação. Que o Brasil saiba encontrar seu Porto Seguro!

Matheus Schnaider, ex-Secretário Municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, é presidente do Clube de Engenharia.